



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37

**ATA 258**

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, às quatorze horas, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de sua Presidente, Beatriz de Souza. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**: Tierri Rafael Ribeiro Angeluci, Beatriz de Souza e Josemar Severino (Secretaria Municipal de Assistência Social); Daniele de Antoni Calixto Strack (Secretaria Municipal de Saúde); Cláudia Daniela Coneglian (Secretaria Municipal de Educação); Antonio Ademir Rosa (Secretaria Municipal de Gestão Financeira); Patrícia Ecave (Secretaria Municipal de Indústria, Comercio, e Qualificação Profissional). **Os conselheiros titulares não governamentais**: Adrianis Galdino da Silva Junior (Profissionais da Área de Assistência Social); Anderson Quintino Martins (Entidades de Proteção Social Básica). **Os Conselheiros não governamentais suplentes no exercício da titularidade**: Ana Carolina da Silva Reis (Profissionais da Área de Assistência Social) e Patrick Fernando Osga (usuários da assistência social). **Justificativas de ausência**: Marcelo Safraid e José Geraldo Berger. A reunião teve a **seguinte pauta**: 1. Apreciação e Aprovação da Pauta; 2. Aprovação das Atas 256 e 257; 3. Informes Gerais; 4. Apreciação do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre o seguinte assunto: 4.1- Alteração do Plano de Aplicação do Serviço de Obras Sociais; 4.2- Resposta ao Of. 03/2015 da GPSE a respeito do Aceite do Serviço de Acolhimento para Adultos e suas Famílias; 4.3- Resposta ao Of. 19/2015 do Serviço de Obras Sociais a respeito da suspensão temporária das atividades do SCFV Pequeno Cidadão na unidade Jardim Três Rios; 4.4- Avaliação do Plano de Aplicação para a Associação Nossa Senhora de Lourdes a respeito do recurso federal oriundo da Residência Inclusiva; 4.5- Parecer a respeito da solicitação da APEDEF e ASSARTE quanto a adequação de valores nos convênios para o ano de 2015; 4.6- Relatório de visita realizados no CREAS Central e na APEDEF. 5.Criação de Comissões Especiais para o ano de 2015. Presidente Beatriz cumprimentou a todos dando as boas vindas e iniciou a primeira reunião plenária do ano de 2015. Conselheiro Anderson colocou a possibilidade de discussão sobre os acontecimentos ocorridos durante o período férias, fato que gerou bastante dor de cabeça para várias Entidades: “o plano de aplicação foi preenchido tal como foi solicitado, como colocado nas reuniões, tinha um item específico que nominava os colaboradores nas funções, salários, depois item de previsão do décimo terceiro, FGTS, INSS, PIS/PASEP, entre outros e depois vem outras questões como alimentação, combustível, outros materiais de consumo, na reunião com as Entidades foi orientado que tudo que fosse relacionado aos funcionários fosse colocado como previsão de férias, FGTS entre outros e nesse “outros” seria incluído o vale transporte, cesta básica,



38 vale alimentação, foi orientado com clareza o que deveria ser colocado nesse item, foi  
39 feito assim e foi aprovado, na realização do desdobramento do plano de aplicação, a  
40 Marlene (Fundação Proamor) ligou para a ABASE e para várias outras Entidades  
41 colocando que não seria possível utilizar o recurso previsto para vale transporte e  
42 também para vale alimentação porque não está previsto na lei que aprovou o repasse  
43 de recursos. A Marlene foi muito intransigente dizendo que não mandaria os convênios  
44 para assinatura e como a gente tem certa urgência na assinatura desses convênios... no  
45 período de férias eu liguei para o Adrianis, na condição de presidente da comissão, ele  
46 nos orientou e orientou outras Entidades também a jogar aquele valor do vale  
47 transporte e do auxílio alimentação em férias para que depois essa situação fosse  
48 discutida novamente, então acredito que existam dois precedentes porque ficou  
49 combinado que as Entidades fariam cada um o seu Plano de Aplicação e esse ano foi  
50 feita a alteração a pedido do Conselho, no entanto nós não podemos deixar passar  
51 batido por que são recursos que farão falta para as Entidades principalmente na  
52 questão de vale transporte.” Conselheiro Adrianis colocou que não são só esses  
53 problemas, primeiro os contra turnos, os planos de aplicação não fechavam nunca,  
54 alguns não colocaram RH, a Marlene se viu louca em algumas outras questões, a  
55 Pastoral da Pessoa Idosa teve o mesmo problema com o ticket refeição que não  
56 apareceu como despesas, apareceu como despesa conjunta e porquê? a orientação foi  
57 dada numa reunião geral, o CMAS seguiu o cronograma do programa e não foi atentado  
58 ao sistema do município que tem os campos exatos para tudo, desde ração de  
59 cachorro até salário de funcionário, psicólogo, nesse sentido nós não conseguimos  
60 alcançar e foi o que aconteceu. Conselheiro Anderson colocou que a maioria das  
61 entidades fez o plano de aplicação de acordo com o sistema. Conselheiro Adrianis  
62 colocou: ”a lei já estava aprovada quando a Marlene ligou, não tinha mais como mexer  
63 no dinheiro, hoje nós vamos propor uma outra questão porque nós não temos como  
64 alterar a lei que já foi criada para o convênio de 2015, então, nesse sentido vai ter que  
65 usar o dinheiro de uma forma ou outra, ou devolver. Conselheiro Anderson falou que  
66 está se pronunciando enquanto representante das entidades: “seguimos uma orientação  
67 para fazer esse plano de aplicação no projeto técnico sócio assistencial, a orientação  
68 que seguimos foi do CMAS e da comissão de projetos, a Associação das Entidades  
69 questionou esse plano de aplicação, foi por isso que aconteceu aquela reunião, o erro  
70 não foi de nenhuma entidade, porque as entidades faziam o plano de aplicação e dava  
71 certo, o que eu estou dizendo é que tanto quanto a secretaria da assistência social  
72 quanto as entidades também responderão os contraditórios, serão multadas, só que as  
73 entidades não podem pagar por simplesmente ter cumprido uma orientação que foi do  
74 Conselho de Assistência Social, então, a partir de uma orientação oficial as entidades



75 cumpriram todos os preceitos legais que o conselho exigiu e o que houve, na verdade,  
76 foi uma contraposição de preceitos que agora vai prejudicar a entidade, eu não vejo  
77 assim que, simplesmente, a entidade tem que se virar e depois devolver o recurso, eu  
78 não concordo porque o erro não foi das entidades, enquanto edital publicado o erro foi  
79 do conselho de assistência social.” Conselheiro Adrianis colocou que tem que aplacar  
80 um pouco porque se houve esse erro do conselho, nessa mesma mesa da comissão  
81 foram aplacados outros erros muito mais graves, erros de sessenta mil reais, teve  
82 planos os quais não poderiam ser aceito, mas foram corrigidos ou devolvidos, não está  
83 falando de dez mil reais de vale transporte está falando de cinquenta por cento de folha  
84 de pagamento. Conselheiro Tierri colocou que uma coisa é o projeto colocado no  
85 sistema e outra é o projeto apresentado ao Conselho. O conselheiro Adrianis colocou  
86 que a lei de convênio leva em consideração o projeto. Conselheiro Anderson colocou  
87 que o sistema pormenoriza detalhe por detalhe dos gastos, mas a lei que determinou o  
88 repasse dos recursos usou essa tabela como referência, não tem uma preocupação em  
89 dizer que foi um erro da comissão A, B ou C foi um erro enquanto conselheiro passou  
90 por aqui no geral e foi aprovado, todos são solidários nesse sentido, inclusive ele, tem  
91 que se pensar uma forma de rever porque as entidades não podem ser precarizadas.  
92 Conselheiro Adrianis colocou que não podemos mudar a lei, estamos aqui discutindo  
93 justamente porque não há alteração da lei do convênio, o Proamor foi claro. Conselheiro  
94 Anderson colocou que não está falando especificamente da entidade dele, mas de todas  
95 as entidades. Conselheiro Adrianis colocou que a grande maioria das entidades  
96 conseguiu equacionar o problema. “você sabe que eles conseguem equacionar como  
97 sempre equacionam.” Conselheiro Anderson disse: “eu sei que dá para equacionar, mas  
98 é uma coisa que não dá para passar batido, não dá para fazer um projeto de alteração  
99 da lei?” Conselheiro Adrianis respondeu que não. Conselheiro Tierri disse que até pode,  
100 mas tem que cancelar o convênio e voltar para a Câmara. Conselheiro Adrianis colocou  
101 que não acredita que o problema seja tão grande que mereça dois meses, a Câmara  
102 não vai aprovar nada agora em menos de dois ou três meses, e, particularmente não  
103 acha que é para tanto. Conselheiro Anderson: “é um pouco chato falar que a entidade  
104 equaciona, estou falando como representante da associação das entidades, fui eleito  
105 para fazer parte deste conselho e não gosto quando o Adrianis fala que outras  
106 entidades muito menores equacionaram, se a Casa do Piá tem ou não tem recurso é  
107 um problema interno da nossa entidade que nós resolvemos como investimos o nosso  
108 recurso, nós desenvolvemos o nosso trabalho para o Brasil inteiro, para Ponta Grossa e  
109 para cidades que são menores que Ponta Grossa que dependem unicamente na nossa  
110 entidade”. Conselheiro Adrianis sugeriu que o conselheiro Anderson, como  
111 representante das entidades, faça um ofício com rol de todas as entidades que sofreram



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

112 com a orientação e encaminhe para a comissão de monitoramento e avaliação de  
113 projetos e a situação será avaliada e a questão retomada, colocou também que quanto  
114 a achar ou não que a Casa do Piá tem dividendos ou não para a sua manutenção, não  
115 foi nesse intuito que falou, acha que, às vezes, temos que cuidar um pouco, foi nesse  
116 sentido que disse. Conselheiro Anderson falou que somente para concluir acredita que  
117 pelo menos um pedido de desculpas tem que haver, pois foi uma orientação muito clara.  
118 Conselheiro Adrianis colocou que não consegue conceber que o conselheiro Anderson  
119 está colocando a Comissão numa situação na qual todos os conselheiros  
120 acompanharam e, simplesmente, pode ter acontecido uma orientação que causou uma  
121 situação, mas está se dando mais importância a isso do que todo o trabalho que foi  
122 realizado. Conselheiro Anderson falou que não está questionando o trabalho que foi  
123 realizado, mas uma orientação que gerou o problema e aí tem que ter cuidado com as  
124 padronizações. Presidente Beatriz propôs a aprovação ou não da pauta de hoje.  
125 Aprovada. Item 2: aprovação das atas. Conselheiro Adrianis colocou que leu e fez uma  
126 observação a qual foi levada em consideração. Conselheiro Tierri falou que aprova a  
127 ata 256, pois foi justamente a reunião que não houve gravação. Conselheiro Adrianis  
128 colocou que foi consultado sobre colocar ou não o parecer integral do SOS, colocou que  
129 sim, pois é documento. Secretária Carla falou que foi colocado na íntegra. Presidente  
130 Beatriz colocou em votação a ata 256 e todos aprovaram, ficando decidido que a ata  
131 257 será enviada por e mail e caso alguém tenha considerações a fazer será também  
132 por e mail. Item 3 informes gerais. Conselheiro Tierri colocou que o CMAS recebeu um  
133 ofício circular do MDS informando o depósito de um recurso na conta do Município no  
134 valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para aquisição de equipamentos, é um recurso  
135 destinado para o CREAS para aquisição de equipamentos, mas não foi possível o  
136 acesso ao plano de trabalho. Recebido ofício da Colméia em agradecimento pelas  
137 visitas e votos para um feliz 2015. Recebido o plano de ação de 2015 da APAE.  
138 Recebido um ofício solicitando a prestação de contas de um valor depositado para a  
139 conselheira Isabela para participar de um encontro no Rio Grande do Sul, como o  
140 recurso foi depositado no dia da viagem foi devolvido aos cofres da Prefeitura, será  
141 necessário anexar o comprovante no processo. Outro processo que retornou para o  
142 CMAS é a respeito da Casa da Sopa, vai seguir para a comissão. Recebido um  
143 processo sobre os recursos do SUAS para ADFPG a respeito da diminuição para seis  
144 parcelas e no parecer jurídico diz que além do órgão gestor o conselho e a entidade  
145 também tem que aceitar essa questão, será contatado com a entidade. Outra questão  
146 importante é a Portaria de 09 de fevereiro de 2015 convocando a Conferência Nacional  
147 de Assistência Social de 07 a 10 de dezembro, é importante porque esse ano tem a  
148 conferência municipal, é o item cinco da pauta - comissão de organização para a



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

149 conferência, por fim último ofício que chegou do Instituto Educacional Duque de Caxias  
150 (IEDC) colocando: *“Através do presente e tendo em vista o Convênio sob n° 007/2014*  
151 *firmado entre Secretaria Municipal de Assistência Social e esta Instituição para o*  
152 *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em nossa Unidade*  
153 *Departamental, Esperança Cidade dos Meninos, cumpro o dever de levar ao*  
154 *conhecimento de Vossa Senhoria e do Conselho que, em razão do não aporte de vale*  
155 *transportes necessários ao desenvolvimento do projeto, tendo em vista a localização da*  
156 *U.D no Distrito de Guaragi, o mesmo esta sofrendo grave consequência na condução*  
157 *das crianças e adolescentes matriculados, trazendo sensível e notável obstáculo a sua*  
158 *continuidade. Por este fato, faço o presente comunicado, com cópia ao Ministério*  
159 *Publico e ao CMDCA, solicitando, respeitosamente, as providências devidas. Alcides*  
160 *José Madalozzo, Presidente do IEDC”*. O conselheiro Tierri lembrou que o IEDC queria  
161 250 vagas para Guaragi e já havia alertado, na época, que devido a distância era  
162 inviável e as metas deveriam ser reduzidas drasticamente porque não teria como as  
163 crianças comparecerem, deveria ser um projeto exclusivo para aquela região com  
164 número de metas adequado, o local já era de difícil acesso, foi firmado convênio para  
165 2015 com as metas reduzidas para aquela unidade e acredita que isso era óbvio que  
166 iria acontecer. Conselheiro Adrianis falou que tem que ser levado em consideração o  
167 que diz no contrato com a Vara da Infância, no contrato dizia que o fornecimento de vale  
168 transporte estava garantido, a lei do passe livre, por exemplo, vetou o uso de passe livre  
169 pelo contraturno, isso deve chamar a nossa atenção, nesse sentido na Cidade dos  
170 Meninos tem usuários do Cará-Cará e nós sabemos disso. Secretária Carla colocou que  
171 a Gerência de Proteção Social Básica tem repassado em torno de R\$12.000,00 por mês  
172 de vale transporte para os usuários da Cidade dos Meninos, até o mês de dezembro,  
173 em janeiro não foi colocado porque a Gerência Básica está utilizando o saldo de vales  
174 transportes do ano passado, pois para 2015 será realizada nova compra, a entidade foi  
175 avisada que o VT iria atrasar até a nova aquisição, a partir de agora que o município  
176 permitirá o início das compras, a Gerência estava ciente que esta situação geraria  
177 problemas, mas também não acha que é para tanto, é uma questão de ter um pouco de  
178 paciência porque em breve a situação vai normalizar. Conselheiro Anderson falou que é  
179 reconhecido que a prefeitura utilize um valor imenso em vale transporte para as crianças  
180 e os adolescentes frequentarem os Contraturnos e o resultado do passe livre foi  
181 realmente frustrante, então, pensa que o CMAS poderia mobilizar outros conselhos  
182 para, em conjunto, expedir alguns ofícios circulares ao Prefeito motivando algumas  
183 alterações no projeto no sentido de contemplar os Contraturnos, exemplificando, se a  
184 criança estuda de manhã ela vai usar o passe das oito ao meio dia, não geraria despesa  
185 alguma para a prefeitura incluir o Contraturno porque as crianças já almoçam nas



186 entidades, ela continuaria usando dois vales transporte, um para ir para a escola e outro  
187 para retornar para casa. Conselheiro Adrianis falou que eles usariam um a mais.  
188 Conselheiro Anderson falou que muitas crianças estudam próximas ao contraturno e é  
189 possível fazer o deslocamento a pé, se for possível conseguir somente a extensão para  
190 a utilização do vale transporte a tarde já está ótimo, colocou que se partisse desse  
191 conselho uma iniciativa para a alteração no projeto de lei para incluir os contraturnos,  
192 seria possível reduzir o recurso utilizado na aquisição de vale transporte. Conselheiro  
193 Adrianis lembrou que o projeto já foi votado. Carla colocou que o valor mensal para  
194 cada criança de VT é de R\$ 100,00 e no valor per capita de cento e cinquenta reais não  
195 tem como incluir o VT. Conselheiro Anderson disse que não está falando do passe livre.  
196 Adrianis falou que o Termo de Cooperação com a Vara da Infância prevê a percapita  
197 mais o vale transporte. Conselheiro Anderson colocou que o CMAS não deveria pedir  
198 uma terceira passagem para não correr o risco de veto, somente solicitar a abertura da  
199 utilização para o final da tarde. Conselheiro Adrianis colocou que no serviço social  
200 aprendemos a fazer uma coisa chamada análise e diagnóstico, dois processos do  
201 serviço social, isso garante pensar o alcance de uma lei ou o alcance de uma emenda  
202 ou o alcance do benefício, o que não aconteceu nessa situação, quem acompanhou a  
203 primeira votação viu que o projeto foi integralmente rejeitado porque era inconsistente, a  
204 dotação orçamentária não estava contemplada no projeto, não tinha como aprovar  
205 mesmo, os critério de elegibilidade para saber quem acessaria. O conselheiro comentou  
206 que teve alguém que disse assim: “os universitários que tem carro não podem ter  
207 acesso ao passe livre”, qualquer constitucionalista derrubaria amanhã essa lei do passe  
208 livre acessando o artigo sétimo da Constituição Federal que diz que o transporte é um  
209 direito universal, logo se é possível para o menino do contraturno tem que garantir para  
210 o menino da Secal, então, o que não foi acertado foram os meandros disso, não houve  
211 um diagnóstico dessa situação, quem precisava ser afetado por essa lei do passe livre,  
212 eram os alunos secundaristas, era a UTFPR e a UEPG? Era o contraturno? Não houve  
213 esse cuidado, primeiro que é uma lei que não foi pensada por pessoas que estão no  
214 chão da existência dos outros e eles fazem de qualquer jeito, o conselheiro colocou que  
215 acha interessante, neste momento, fazer pressão, mas, infelizmente o Prefeito  
216 sancionou ontem no Diário Oficial a lei do passe livre e a questão que a Carla esta  
217 aventando é mais séria, se o orçamento para manutenção disso, já sabemos, vai ser  
218 puxado, vocês imaginem mais dois milhões para o Contraturno. Secretária Carla  
219 colocou que se o município fosse garantir o VT para todas as crianças, todos os dias, o  
220 custo total seria de dois milhões. Conselheiro Anderson colocou a possibilidade de fazer  
221 um ofício enquanto Conselho de Assistência Social, solicitando a extensão do horário de  
222 utilização do VT pela criança, para não onerar o projeto. Na sequência dos informes, o



223 conselheiro Tierri comunicou que foi recebido um processo solicitando inscrição no  
224 CMAS mas será arquivado porque tem muito pouca informação, o conselheiro Anderson  
225 sugeriu o envio de ofício, conselheiro Tierri falou que só tem um nome no processo, não  
226 tem endereço, não tem telefone, o nome é Marcelo Machado de Almeida. Conselheira  
227 Daniele falou que conhece o Marcelo, é da Associação de Moradores do Dom Bosco,  
228 era representante dos direitos humanos, agora parece que está trabalhando no gabinete  
229 do vereador Mila. Conselheira Daniele sugeriu mandar o ofício resposta para o arquivo  
230 da prefeitura, que este setor retorna para o interessado. Item quatro - Apreciação do  
231 parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre a alteração do  
232 Plano de Aplicação do Serviço de Obras Sociais. Conselheira Ana Carolina falou que o  
233 Ministério Melhor Viver solicitou que ela protocolasse no CMAS a frequência mensal dos  
234 usuários, pois está tendo problemas em lançar a frequência no sistema do município,  
235 inclusive a Assistente Social Sandra tentou ajudar, mas não conseguiu porque o sistema  
236 não está funcionando, pediu para a controladoria e a Cintia (Informática) falou que em  
237 janeiro estaria funcionando, mas tentaram novamente e não está funcionando.  
238 Conselheira Ana Carolina falou que sua preocupação é que estas informações estão se  
239 perdendo, o medo da entidade é chegar o momento da frequência estar em ordem,  
240 fechar o prazo e não conseguirem colocar as informações. Sobre a alteração do plano  
241 de aplicação do SOS, o conselheiro Adrianis colocou que inicialmente a solicitação era  
242 alteração no plano nos valores de cento e oitenta e seis mil para rubrica de FGTS, tiraria  
243 de vencimentos e salários e iria para FGTS e de material de limpeza para técnicos  
244 profissionais, material de expediente para outros materiais de consumo, essa rubrica  
245 não existe mais “outros materiais de consumo” caiu, materiais de distribuição gratuita  
246 para outros serviços de pessoas jurídicas e manutenção e conservação de bens para  
247 pagamento de energia elétrica enquanto tem energia e aluguel para serviços de água e  
248 esgoto, foi discutido e enviado para parecer da UGT referente ao termo de convênio  
249 170/2014 no montante geral de R\$ 126.000,00, a comissão deu parecer favorável e  
250 chamou novamente o técnico contábil do SOS para consultar se ainda era viável esta  
251 proposta, já que havia passado dois meses, o técnico ratificou que não queria nenhuma  
252 mudança, então a comissão deu parecer positivo, segue para apreciação da plenária. O  
253 segundo assunto discutido em dezembro era o reordenamento do serviço de  
254 abrigamento para população de rua, na ocasião a Comissão tinha um parecer dizendo  
255 do adiamento do declínio do aceite, naquela ocasião a Comissão achou por bem acatar  
256 a ideia do adiamento dando prazo até janeiro de 2015 para que a Gerência de Proteção  
257 Social Especial apresentasse uma proposta, na primeira reunião da comissão de  
258 monitoramento do ano foi analisado o ofício 03/2015 da Gerência de Proteção Social  
259 Especial, ofício recebido: *“Venho por meio deste, informa-la que após contatos e*



260 *apresentação da proposta quanto ao repasse federal para acolhimento de adultos em*  
261 *situação de rua, não houve aceite por parte da entidade a qual se propôs a tal serviço.*  
262 *Informamos também, que no momento o município não disponibiliza de equipe e espaço*  
263 *físico para assumir este serviço postergando tal proposta, mas não deixando de*  
264 *considerar possível efetivação desta. Sem mais para o momento, contando com a sua*  
265 *costumeira apreciação, me coloco a disposição para esclarecimentos. Eliane*  
266 *Scolimoski, Gerente de Proteção Social Especial”. E o parecer da Comissão é que se*  
267 *faça o declínio do Termo de Aceite, conforme acordado em reunião de dezembro,*  
268 *porque foi dado prazo e não houve cumprimento. Parecer da comissão: Resolução e*  
269 *publique-se o declínio do aceite. Conselheiro Tierri colocou que no final do ano buscou*  
270 *informações a respeito deste declínio e o ideal é que o CMAS faça uma boa justificativa*  
271 *de porque está cancelando este aceite, constando na justificativa que o gestor aceitou, o*  
272 *conselheiro se comprometeu a entrar em contato com o MDS para verificar de que*  
273 *forma, pois deve ter algum trâmite e, provavelmente, haverá consequências, por este*  
274 *motivo deverá constar uma justificativa no corpo da resolução e também o*  
275 *cancelamento do aceite da Resolução/CMAS Nº43/2014. Colocado em votação foi*  
276 *aprovado por unanimidade, conforme **Resolução/CMAS Nº01/2015**. Conselheira Ana*  
277 *Carolina colocou que na metade de 2014 quando foi colocado este aceite o Ministério*  
278 *Melhor Viver se manifestou interessado nesses dez mil para cinquenta vagas, um per*  
279 *capita de duzentos reais, atualmente o per capita para este serviço é de oitocentos e*  
280 *cinquenta reais para abrigo, foi falado que o serviço deveria ser Casa de Passagem e o*  
281 *Ministério Melhor Viver colocou que não poderia atender dentro do mesmo espaço*  
282 *físico, na última reunião da comissão, esteve presente o pastor João (presidente do*  
283 *Ministério Melhor Viver), foi chamado pela Eliane (Gerente de Proteção Social Especial)*  
284 *que falou que era muito importante para o município aumentar esse serviço, a instituição*  
285 *assumir o serviço, a única coisa que o pastor pediu, que na comissão não foi negociado,*  
286 *MMV já tem trinta e oito vagas e esses dez mil é para o atendimento de até cinquenta*  
287 *pessoas, então foi colocado que seriam mais doze pessoas atendidas para completar*  
288 *cinquenta, o pastor gostaria que isso fosse consolidado em forma de contrato, que*  
289 *constasse no papel para que futuramente não tivesse que atender mais cinquenta*  
290 *metas, porque o MMV não teria condições, a instituição até se demonstrou interessada*  
291 *e quis ajudar nesse sentido o município. Conselheiro Adrianis colocou que um não*  
292  *aceite tem suas implicações e vamos descobrir agora e que, na primeira etapa, disse na*  
293  *comissão que não era o momento de aceitar e agora o CMAS terá que retroagir, na*  
294  *comissão os conselheiros foram muito maduros: “não é o momento, não tem como, não*  
295  *vamos fazer, paciência.” Conselheiro Tierri falou que esta questão foi discutida, esse*  
296  *corte de verba de 12%, que nós sabíamos que esse recurso mesmo apertado viria,*



297 quando veio nos animamos e depois não veio mais. Conselheiro Adrianis falou que a  
298 resolução deve sair, tem que ter uma justificativa plausível. No próximo assunto da  
299 pauta, resposta ao Of. 19/2015 do Serviço de Obras Sociais a respeito da suspensão  
300 temporária das atividades do SCFV Pequeno Cidadão na unidade Jardim Três Rios, o  
301 conselheiro Adrianis colocou que é um informe e será comunicado ao SOS que o CMAS  
302 está esperando uma resposta oficial sobre este assunto. O conselheiro Adrianis colocou  
303 que tomou conhecimento do fato de forma bem informal e alguns dias depois o conselho  
304 foi notificado, foi discutido isso na comissão, inicialmente, não foi visto motivo para  
305 fechamento porque foi um roubo e o que foi tirado de lá eram coisas ínfimas, o ladrão  
306 fez um buraco na parede, é uma parede de alvenaria e não de concreto como  
307 colocaram, a comissão chamou um representante do SOS para prestar alguns  
308 esclarecimentos, a Jocemara esteve na reunião de comissão e esclareceu que as  
309 famílias foram avisadas, mas a unidade Três Rios está fechada, ela não conseguiu dar  
310 a previsão de tempo para uma resposta final porque a diretoria tem que se reunir para  
311 avaliar, o CMAS deve aguardar que a presidência do SOS, depois de uma reunião, faça  
312 uma declaração formal para o conselho. Conselheiro Tierri falou que por este motivo  
313 esta discussão será adiada para aguardar uma resposta do SOS para que sejam  
314 tomadas as medidas cabíveis ao conselho. Secretária Carla falou que a Gerência  
315 Básica tem uma proposta, mas não vai comentar aguardando o retorno definitivo do  
316 SOS. 4.5- Parecer a respeito da solicitação da APEDEF e ASSARTE quanto a  
317 adequação de valores nos convênios para o ano de 2015. O conselheiro Adrianis  
318 colocou: "a Comissão recebeu dois ofícios um da APEDEF e um da ASSARTE e  
319 fechamos o ano com uma pedrinha no calçado quanto a APEDEF e por que? Quem leu  
320 a ata viu que tivemos que rever a questão da partilha dos dez mil reais que não veio da  
321 residência inclusiva, esse valor não pode ser dividido entre duas entidades e a APEDEF  
322 assumiu em caráter de urgência, ano passado, as meninas da Vila Velha e isso tem um  
323 impacto muito forte no orçamento da entidade, sobretudo por que vinha de uma  
324 modalidade de atendimento que não era abrigamento, mas centro dia, por isso a  
325 entidade apresentou um ofício solicitando um aporte financeiro, ano passado foi feito um  
326 aporte de sessenta e cinco mil reais. Para este ano, mesmo com o convênio pactuado a  
327 entidade necessita de cinco mil reais mensais para garantir o motorista, o presidente  
328 estava dirigindo o veículo e o Promotor – Dr. Honorino suspendeu porque o veículo  
329 não é adaptado. A APEDEF tem problemas com alimentação, material de expediente e  
330 limpeza, foi discutido nas primeiras reuniões dessa plenária e avaliado a situação de um  
331 ponto de vista técnico, o presidente da entidade Sr.Alex poderia voltar ao serviço  
332 anterior, mas não o fez, a Comissão repassou algumas orientações, agora a entidade  
333 contratou uma governanta para gerenciar desde o uso do sabão em pó até a comida,



334 chama-se educação doméstica. Terça feira a comissão esteve lá para uma visita para  
335 verificar de perto e conversar um pouco com o presidente e ele apontou essas duas  
336 necessidades, para isso necessita de um aporte de cinco mil/mês no valor de sessenta  
337 mil ano. Nessa mesma esteira, a resolução que aprovou os valores dos convênios para  
338 a Assarte/Abrigo coloca trinta metas com valor de trinta mil, então a presidente Beatriz  
339 apontou um erro ali também, por que atendem vinte pessoas e deveria ir para dois mil,  
340 sendo este o teto estabelecido para este serviço, assim, a Assarte/Abrigo nos mandou  
341 um ofício solicitando a análise deste valor para equacionar as despesas.” Conselheiro  
342 Tierri falou: “quando o CMAS começou a análise dos projetos o valor percapita seria de  
343 mil e quinhentos, então, tanto a APEDEF, Nossa Senhora de Lurdes e a Assarte/Abrigo  
344 vão receber mil e quinhentos reais por meta, então, daria trinta mil para Assarte/Abrigo  
345 (20 usuários atendidos), quinze mil para Nossa Senhora de Lurdes e para APEDEF,  
346 então, nesses anos de discussão o CMAS foi questionado pela APEDEF e pela Nossa  
347 Senhora de Lurdes que esse valores não dariam para manter os serviços foi pensado  
348 exclusivamente nessas duas entidades, nas análises dos projetos foi aumentado a per  
349 capita para dois mil para que essas entidades tivessem um aporte maior, esta discussão  
350 passou por todos os conselheiros, falha nossa, minha também estou lidando todos os  
351 dias com isso e não tinha percebido essa questão.” Conselheiro Adrianis: “vamos  
352 lembrar que não estamos falando da Assarte, mas do Lar Ângelo Sebastião Andrade e  
353 Guilherme Cavina, um aditivo de convênio de cento e vinte mil sendo dez mil por mês,  
354 como nós não podemos pedir aditivo de convênios nós temos que abrir dois pedidos  
355 de convênios novos para essas duas entidades, se tiver dinheiro, mas aí o primeiro  
356 passo é a aprovação, são duas situações bem delicadas, com públicos mais delicados e  
357 não teremos para onde correr e de fato o custo está alto, até por que pagam  
358 insalubridade no Ângelo Sebastião por que o sindicato exige isso e querem adicional  
359 noturno ainda, não sei ainda se em uma certa altura não vão pedir periculosidade.” A  
360 presidente Beatriz falou: “já começaram, nós não nos atentamos a isso somente depois  
361 quando as solicitações iniciaram e fui fazer a soma desses valores e fiquei surpresa.”  
362 Conselheiro Adrianis apresentou o plano de aplicação enviado pela Nossa Senhora de  
363 Lourdes, o qual veio solto, sem ofício, deve-se solicitar ofício, porque não é assim que  
364 se manda um documento para o conselho, a comissão esteve também na APEDEF  
365 para uma visita rápida e esteve no CREAS Central, o que motivou a visita ao CREAS foi  
366 um ofício que o conselho do idoso recebeu da promotoria e da vigilância sanitária,  
367 indicando mudança de lugar do CREAS por insalubridade, não havia condições, foi  
368 discutido na comissão, fomos dar uma olhada e o Tierri pode fazer esse relato.  
369 Conselheiro Tierri falou que ainda não havia ido ao CREAS Central que é na parte de  
370 baixo do prédio, na parte de cima é o CREAS PENSE, no antigo CAPS, a princípio



371 achou que tem alguns problemas, a principal questão foi uma reforma recente, tem  
372 alguns problemas de infiltração, trincas na parede, uma questão até estrutural, no seu  
373 olhar acredita que o local está numa posição estratégica ótima, numa região bem  
374 central, bem próximo do terminal, é um prédio recém reformado, a pintura nova, em  
375 outros CREAS isso não era possível. A presidente Beatriz falou que entrou em contato,  
376 antes desse relatório, com a empreiteira que realizou a obra de reforma do prédio e a  
377 mesma colocou que não tem responsabilidade nenhuma. Conselheiro Tierri colocou que  
378 como passou por uma reforma estrutural recente talvez haja uma solução para essa  
379 questão, sugeriu que o CREAS Central passasse para cima do prédio e o PENSE para  
380 baixo, por que tem uma ladeira que para o idoso descer realmente é complicado e a  
381 cozinha é pior na parte de baixo, sem condição nenhuma, local fechado, com uma  
382 pequena ventilação e com panelas no fogo, sem condição, essa é a pior parte naquela  
383 estrutura, tem uma única sala que tem uma janelinha pequena que hoje é da psicóloga  
384 outra sala totalmente de vidro, a parede bate muito sol, a assistente social que  
385 trabalhava naquela sala comprou uma cortina por conta própria, é uma questão ilegal,  
386 mas ela acabou comprando, deu discussão porque não podia, as outras salas são  
387 razoáveis, tem um banheiro adaptado, colocou que acha que nunca na história de Ponta  
388 Grossa um CREAS teve um banheiro adaptado, acha que seria mais fácil, mais viável,  
389 que se façam intervenções e mantenham o CREAS naquele lugar, se tem uma sala que  
390 não tem ventilação compre um ar condicionado, algo que torne aquela sala menos  
391 insalubre, do que mudar toda uma estrutura ou pagar um aluguel em outro lugar, no  
392 CREAS PENSE também tem um sótão, uma área grande até para as crianças da  
393 medida sócio educativa. Conselheira Daniele falou que naquele espaço não pode,  
394 houve a visita do engenheiro da Prefeitura e não pode crianças lá em cima, não suporta  
395 o peso, quando o CAPS funcionava naquele local houve a tentativa de fazer grupo de  
396 família na parte de cima, mas havia restrição ao números de pessoas. Conselheiro Tierri  
397 falou que não achou o local insalubre, até as funcionárias falaram que está ótimo, que  
398 antes o CREAS Central era junto com o CREAS POP com um público totalmente  
399 diferente, acredita que seria mais interessante fazer intervenções para melhorar o  
400 ambiente do que uma mudança propriamente dita. Conselheiro Adrianis falou: “o  
401 CREAS, primeiro é um equipamento público, por exemplo, nas colocações da Vigilância  
402 Sanitária: há indicativos de ausência de alvará de funcionamento, como é um local  
403 público deveria ter licença sanitária atualizada e visível ao público, todos os banheiros  
404 deveriam estar fechados bem como a cozinha porque não tem autorização sanitária  
405 para funcionar, ausência de responsável técnico, não tem técnico que assine pelo  
406 CREAS e a NOB que cria o CREAS diz: ‘o responsável técnico pelo CREAS deve ter  
407 registro em ordem de classe, profissional da área da assistência social, da psicologia ou



408 área análoga', é o que diz a resolução, depois encontraram lá lotes de coisas vencidas,  
409 banheiros transformados em depósitos, utilização de toalhas de tecido nos banheiros,  
410 falta de identificação nos frascos de sabonete líquido, presença de garrafa pet,  
411 banheiros com acessibilidade para pessoas com deficiência e idosos que foi o mais  
412 legal, porém não possui barra de apoio, sala para equipe, espaço reduzido para  
413 atendimento individual e em grupo, o CREAS tem que ter uma sala de reuniões para  
414 mediações familiares, o CREAS trabalha com conflitos familiares, lá não tem como fazer  
415 uma mediação familiar, alguns ambientes com pouca ventilação com renovação de ar  
416 insuficiente, não há condições de acessibilidade para acesso de pessoas com outras  
417 dificuldades e deficiências, a exemplo da deficiência visual com placa de identificação  
418 em braile, a placa do serviço, ninguém acha o CREAS. Conclusão: deve ser  
419 providenciada, de imediato, a descaracterização da cozinha e proibido o uso do fogão o  
420 qual deverá ser desativado, a cozinha deve ser utilizada somente para o consumo de  
421 alimentos prontos, sem que seja feito o preparo propriamente dito, para prover a  
422 acolhida e escuta qualificada aos usuários o espaço do CREAS deverá ser acolhedor.  
423 De fato, o Conselho do Idoso provocou essa discussão, na primeira vistoria o promotor  
424 foi conosco e acionou a vigilância sanitária para que a mesma fizesse essa vistoria, o  
425 que fica claro é que o CMAS não pode fugir aos fatos, o CREAS tem que estar num  
426 prédio com condições ideais, com todos os serviços de atendimento a longo e médio  
427 prazo, aquilo que é a gênese do CREAS: família, crianças, deficientes, idosos,  
428 mulheres e assim por diante, esse é o primeiro princípio do caderno do CREAS, a  
429 vigilância foi criteriosa, foi lá no caderno do CREAS buscar os conceitos para responder  
430 a promotoria, aquele prédio lá não oferece condições de atendimento, a sala da  
431 psicóloga é ínfima e ela atende o programa Guarda Solidária junto com a Tais que é  
432 assistente social, depois, a escuta qualificada que é um dos carros chefes do CREAS, o  
433 sigilo, a questão está tão clara, não há quem responda tecnicamente por um serviço que  
434 está co-financiado no PAEFI, está com gestão plena, está funcionando, são questões  
435 delicadas para nós conselheiros da assistência, o funcionário de coordenação de todos  
436 os serviços tem que ser funcionário de carreira e técnico porque ele vai construindo  
437 juntamente com a política, isso não garante também grande coisa em alguns momentos,  
438 mas técnico responsável tem que ter, foi discutido na audiência pública, eu, diferente da  
439 visão do conselheiro Tierri, eu pedi para que ele fizesse o relato primeiro porque já tinha  
440 lido esse relatório e já tinha tido uma postura, eu endosso a postura da vigilância  
441 sanitária, pensando na casa da General Carneiro hoje o CREAS está muito melhor, o  
442 que temos que pensar e aí é uma questão interna, é que o município tem uma coisa  
443 chamada gestão plena e os ambientes do serviço ofertado tem que corresponder a isso,  
444 a Carla falou uma série de argumentos também para validar a continuidade do CREAS



445 naquele espaço, mas as condições não estão alocadas naquilo que a política diz,  
446 divorciado da política.” Secretária Carla falou se o CMAS quer um serviço cem por cento  
447 de acordo com aquilo que preconiza a política de assistência social o município terá que  
448 construir um prédio específico para o CREAS, mas o prédio atual não é tão ruim, ele  
449 está perfeitamente em condições de uso, está novinho, tem banheiros adaptados, tem  
450 sala para todos os funcionários, as salas são apertadas e não são ventiladas, mas isso  
451 pode ser adaptado. O Conselheiro Adrianis questionou se a secretária Carla fosse  
452 técnica do MDS que viesse fazer avaliação. Carla respondeu ei iria fazer uma avaliação  
453 crítica, mas está olhando para todo o quadro da assistência social. O Conselheiro Tierri  
454 falou que é uma questão de organização do serviço dentro do CREAS, o conselho  
455 poderia fazer uma sugestão para a Gerência Especial de que forma operar esta  
456 situação, é possível tomar medidas para melhorar, poderia ficar aquele prédio inteiro  
457 para o CREAS Central e pensar em um novo local para o PENSE, o CREAS Sentinela  
458 que trabalha exclusivamente com atendimento de crianças e adolescentes, o PAEFI  
459 poderia ser incorporado ao CREAS Central e ali ficaria esse CREAS de atendimento  
460 que tem quatro funções básicas do CREAS, PAEFI, medida sócio educativa, abordagem  
461 que é o CREAS POP e o serviço de atendimento ao deficiente que é conveniado com as  
462 entidades, então teríamos um CREAS exclusivo para o PAEFI e um CREAS para  
463 medida socioeducativa, são sugestões que o conselho poderia encaminhar. Conselheiro  
464 Antonio sugeriu que o CREAS continue trabalhando, fazendo as adequações possíveis  
465 e deixar por conta da vigilância sanitária. Conselheiro Adrianis falou vai ficar muito mais  
466 feio a vigilância ter que chegar lá e interditar e propôs que em 2016 o CMAS fará o  
467 PMAS para os próximos dois anos e será que não deveria pensar em construção de  
468 equipamentos sociais? Será que não é o momento? O Município fez concurso para  
469 assistente social, quinze assistentes sociais já foram contratados, o município está  
470 equipando tecnicamente e humanamente as estruturas, porém essas estruturas  
471 precisam de espaços públicos, olha a diferença do CEU, inicialmente não era da  
472 assistência social, mas está sob a gestão da assistência, volta a insistir que o CMAS  
473 tem que dar passos, ainda que pareça pequeno, precisa dar passos. Secretária Carla  
474 falou que o que não pode haver é uma acomodação frente as situações precárias.  
475 Conselheiro Adrianis falou um prédio que a longo prazo possa ser dito: “Esse prédio é  
476 do CREAS, aqui vai funcionar todos os serviços com salas em perfeitas condições.” e  
477 ano que vem o CMAS não vai fugir da responsabilidade de pensar na proposta de um  
478 decreto de lei para uma ILPI pública, agora, neste momento, estão sendo abrigados  
479 cinco idosos de uma casa que foi fechada, cinco vagas foi de ontem para hoje e o  
480 CRAS, também o CRAS tem uma pertinência muito maior porque o CRAS, de fato, é o  
481 primeiro acesso, é lá onde a “tiazinha e o tiozinho” vão ser atendidos por primeiro,



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

482 então lá tem que ter um espaço legal, tem que ter uma sala de acolhida, acho que  
483 podemos fazer um planejamento de construção, será construído onde? Que prédio  
484 público poderia ser adequado aos poucos até chegar na estrutura que o município  
485 precisa? Ficaria muito mais feio para o município e vai acontecer, o MDS vem uma hora  
486 para fazer suas vistorias e diz: “Oh! desse jeito não dá!” O conselheiro Adrianis disse  
487 que acredita que a Beatriz se debruçou sobre isso enquanto secretária, porque foi ela  
488 que recebeu a notificação do Ministério Público, é um indicativo de que é uma coisa que  
489 pode acontecer. Conselheiro Antonio perguntou se não há espaço no antigo Clube  
490 Guaira. Presidente Beatriz colocou: “uma proposta é o mercadão municipal, esta é uma  
491 proposta que está sendo avaliada, acho que em curto prazo o CMAS terá uma resposta,  
492 a assistência social terá uma resposta para todos esses serviços, é a nossa briga, é o  
493 nosso dilema, essa estrutura, esses equipamentos que a assistência social exige, então  
494 conselheiro Adrianis, falávamos em contratação, estamos falando já, desde o ano  
495 passado nessa reforma de equipamento e vai acontecer.” Conselheiro Adrianis falou:  
496 “não podemos perder de vista que precisamos pensar nisso, lembra que na formulação  
497 do PMAS, do ano passado, uma das preocupações do CMAS era que a assistência  
498 social tivesse RH suficiente, ter os materiais suficientes, mas daí o prédio ou o local  
499 inviabiliza, é um conjunto de coisas, claro, também não penso no cem por cento, como  
500 uma coisa do dia para a noite, vamos passar por uma crise nos próximos dois anos.  
501 Vinícius de Moraes tem um soneto de aniversário que tem uma frase que acho muito  
502 pertinente “reanimar o que existe sem a necessidade de recomeçar sempre” acho que é  
503 um bom propósito para nós, a Beatriz finalizou agora com algumas propostas das quais  
504 estão em gestação, mas talvez a comissão do SUAS que é responsável pela gestão  
505 tenha talvez um planejamento, quem sabe, o Paraíso é um lugar central hoje para ter  
506 um CREAS, tem lá um CRAS bem equipado, bem grande.” O Conselheiro Tierri lembrou  
507 que tem o CREAS POP que está em fase de construção. Conselheiro Adrianis falou que  
508 esse espaço onde o CMAS está atualmente foi uma grande conquista e se sente feliz  
509 por esse espaço, parece que agora há uma identidade do Conselho aqui. Presidente  
510 Beatriz informou que o conselho do deficiente também vem pra cá. Secretária Carla  
511 sugeriu que o Conselho do Deficiente ocupe a primeira sala, que atualmente está sendo  
512 utilizada como almoxarifado. A presidente Beatriz colocou para aprovação ou não o  
513 aditivo de valor dos convênios com a Associação Pontagrossense de Emancipação para  
514 Deficientes/APEDEF, no valor de R\$ 60.000,00(sessenta mil reais) e Associação  
515 Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil  
516 reais), por meio da Fundação Proamor. Colocado em votação foi aprovado por  
517 unanimidade, conforme **Resolução/CMAS/Nº02/2015**. Colocado em votação e  
518 aprovado por unanimidade o co-financiamento do serviço de acolhimento institucional



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

519 na modalidade Residência Inclusiva pela Associação Nossa Senhora de Lourdes, no  
520 valor mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por meio do Piso de Alta Complexidade II,  
521 conforme **Resolução/CMAS/Nº03/2015**. Na sequência a secretária executiva Carla  
522 falou que ficou apreensiva e chateada com o ofício recebido do IEDC/Unidade  
523 Esperança Cidade dos Meninos, em razão do não aporte de vale transportes  
524 necessários ao desenvolvimento do projeto, uma vez que a Gerência Básica passou o  
525 ano todo de 2014 priorizando o repasse de vales transporte para a Cidade dos Meninos,  
526 foi repassado em torno de doze mil reais por mês, e nenhuma outra entidade que  
527 executa este serviço recebeu tanto vale transporte dessa forma, “foi suficiente? Não sei,  
528 porém o ofício apresenta uma notificação para o CMDCA e MP e não leva em  
529 consideração os repasses de VT no ano de 2014, o último repasse foi dia nove de  
530 dezembro no valor aproximado de seis mil reais, tendo em vista que a entidade prestou  
531 o atendimento até dia dezanove de dezembro. Em 2015, a Gerência Básica ainda não  
532 recebeu nenhum e-mail solicitando o vale transporte e normalmente é aguardado que a  
533 entidade envie o e-mail com o nome e o CPF dos usuários que utilizam o VT.  
534 Conselheiro Anderson falou que no caso da entidade dele e acredita que foi o caso das  
535 outras entidades, possui usuários que necessitam do VT garantido pelos CRAS, mas as  
536 assistentes sociais entraram em contato com ele e falaram que vai atrasar, as crianças  
537 não virão nesse período, ninguém vai nos punir pela criança não estar indo ao  
538 contraturno, no mês de janeiro foi mandado o nome e o CPF de todos os beneficiários  
539 novos que fizeram inscrição e acredita que é questão de contato da entidade com o  
540 CRAS direto. Item 5.Criação de Comissões Especiais para o ano de 2015, Conselheiro  
541 Tierri falou que primeiramente devemos constituir a Comissão Organizadora da  
542 Conferência Municipal de Assistência Social, deverá ser paritária entre gov e não-gov e  
543 a principal atribuição dessa comissão é definir data, local, palestrante, tudo o que vai ser  
544 feito, se haverá a necessidade de licitação para alugar um espaço, refeição, então tudo  
545 que envolve a elaboração da conferência, provavelmente será no mês de agosto, a  
546 conferência nacional é em dezembro, a municipal em agosto, regional setembro,  
547 estadual outubro. Presidente Beatriz falou que vamos iniciar agora para não acontecer o  
548 que aconteceu ano retrasado. Conselheiro Tierri sugeriu que as reuniões sejam feitas  
549 no período da tarde para que a Sandra possa participar porque ela ajuda bastante nas  
550 conferências, a gerência técnica contribui bastante. Formação da comissão:  
551 conselheiros governamentais: Beatriz, Tierri, Patrícia e Josemar; conselheiros não  
552 governamentais: Anderson, Adrianis, Mercedes e Patrick. Conselheiro Tierri colocou que  
553 outra comissão também importante, é a comissão de análise da nova lei do conselho, a  
554 proposta para alteração da lei retornou para uma nova análise do conselho, o conselho  
555 endossa e encaminha ou então se cria uma comissão que modifique algum item.



556 Conselheiro Adrianis falou que acha que tem que ver a pertinência das coisas, naquele  
557 momento a lei tinha uma pertinência, ela tinha um objetivo, e, neste momento, criar uma  
558 comissão para discutir uma questão que era pontual... tem que rever a partir da política,  
559 se revermos a partir da política agora do Marco Regulatório sim, agora olhando para a  
560 janela do Marco Regulatório que vai exigir que o município legitime uma lei para lidar  
561 com as transferências voluntárias, aí sim tem que sentar e pegar o regimento interno do  
562 conselho, a lei que cria o conselho e verificar a pertinência, do contrário alterar uma lei é  
563 simplesmente cumprir com capricho antigo, agora o prisma é esperar essa comissão  
564 que está trabalhando, que a Sandra Cisco está trabalhando, por que eles vão dizer para  
565 nós Conselho o que de fato vai ser a atribuição nossa, a prior a Comissão de  
566 Monitoramento e Projetos. Tierri falou e a Comissão de Cadastro também. Conselheiro  
567 Adrianis: “o que nós temos que discutir é que dentro dessa comissão que está essa  
568 equipe de trabalho é pensar que pelo menos os editais passem por aqui por que nós  
569 temos a competência técnica de avaliar se eles estão em consonância ou não com a  
570 NOB a NOB/RH, a NOB/SUAS e a Tipificação, aí sim eu acho que a gente consegue  
571 pensar a lei.” Conselheiro Anderson colocou que o maior medo que tem em relação ao  
572 Marco Regulatório é justamente em questão da perda de qualidade dos serviços.  
573 Conselheiro Adrianis colocou que acha que não vale a pena essa discussão agora. A  
574 secretária Carla colocou que aí entra o posicionamento forte do fiscal do serviço.  
575 Conselheiro Anderson: “exatamente por que a perda de qualidade vai ser significativa,  
576 para falar especificamente na minha área, a gente tem entidade que faz o serviço com  
577 cento e vinte reais aí a entidade que falta faz por trezentos reais o mesmo serviço só  
578 que aí a qualidade? tem entidade aí que quer um galpão para largar as crianças, de  
579 repente, pode haver uma concorrência entre as entidades e acabar se perdendo a  
580 qualidade do serviço.” Conselheiro Adrianis: “talvez nós tenhamos que amarrar, aí é a  
581 participação do controle social como conceito, nós temos que amarrar para nós a  
582 responsabilidade dos editais, de avaliar os editais, por que nós que temos nas mãos,  
583 bem ou mal, já um rol de saber, num país aí chamado a Ilha da Fantasia eles receberam  
584 a proposta de uma criança que custaria seis mil reais por mês, lá na Ilha da Fantasia  
585 eles perguntaram se era um abrigo infantil ou se era um hotel cinco estrelas, de diárias  
586 de seis mil, nós sabemos que por mais que a gente invista não fica neste valor, eu acho  
587 que isso nós vamos ter que discutir, eu sugiro que talvez nós pudéssemos rever a lei  
588 mas não perdendo de vista o Marco Regulatório acho importante para tentar dar  
589 atribuição a esse Conselho.” Conselheiro Tierri falou para agilizar a criação dessa  
590 Comissão, vamos esperar esta Comissão do órgão gestor nos apresentar alguma coisa  
591 para decidirmos então. Finalizada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente  
592 Beatriz de Souza encerrou a reunião às quatro horas. Esta ATA foi transcrita pelas



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

593 assistentes administrativas Patrícia Mitui e Cleusa Szreider e redigida por mim, Carla  
594 Buhner Salles Rosa, secretária executiva que, após aprovada segue assinada pela  
595 Presidente e demais conselheiros presentes.